

Roquinaldo Amaral Ferreira. Cross-cultural exchange in the Atlantic world: Angola and Brazil during the era of the slave trade. New York, Cambridge University Press, 2012. 262 p. ISBN 978-0-521-86330-8.

“Sem Angola, não há Brasil”. A frase do Padre Antônio Vieira, dita na época da ocupação holandesa em Luanda, entre 1641-48, representa bem, como afirmou Luís Felipe de Alencastro em *O trato dos viventes*, o papel fundamental desempenhado por essa região da África centro-ocidental no fornecimento de mão de obra para o Brasil por meio do tráfico de africanos. Contudo, o trabalho de Roquinaldo Amaral Ferreira pode, quiçá, nos levar a pensar o contrário, que sem o Brasil, não haveria Angola. Ou seja, que as relações desses dois lados do Atlântico formaram um contínuo cultural e social, tendo como eixo central a escravização e o tráfico. O livro, que em breve estará disponível em língua portuguesa, a ser lançado pela Companhia das Letras com o título *Trocas culturais no mundo Atlântico: Angola e Brasil na era do tráfico de escravos*, é uma importante contribuição para a historiografia da África e da diáspora africana.

Nesta obra, em cada um dos seis capítulos, o estudioso parte da trajetória individual de pessoas que transitaram entre Luanda e Benguela “no esforço de entender a pluralidade da sociedade e da cultura em Angola durante o tráfico transatlântico de escravos” (p. 1). A construção dessas trajetórias foi desenvolvida, principalmente, por meio da análise minuciosa de processos inquisitoriais e litígios judiciais, além de uma vasta e eclética documentação dispersa pelos arquivos de Angola, Brasil e Portugal. Essa escolha metodológica não foi

de maneira alguma aleatória. Sem a micro-história, dificilmente o pesquisador poderia mergulhar a fundo na complexidade do processo de escravização na costa e no interior angolano, bem como entender a construção desse espaço sociocultural do Atlântico Sul.

Desde a década de 1990, a história atlântica e, em especial, o tráfico de africanos escravizados ganhou lugar de destaque em teses e demais trabalhos acadêmicos. Isso se acentuou ainda mais após o esforço coletivo de pesquisadores de diversos países, liderados por David Eltis e David Richardson, para a construção de um banco de dados, o *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, inicialmente lançado em CD-ROM, em 1999, e atualmente disponível *online* no site www.slavevoyages.org. Este banco reúne dados quantitativos e qualitativos sobre as viagens negreiras ocorridas no Atlântico entre os séculos XVI-XIX e se tornou ferramenta crucial para os estudos não apenas do tráfico, mas da escravidão africana no Novo Mundo.

O trabalho de Ferreira, como tantos outros, utiliza-se das informações contidas nesse banco, além de dialogar com a importante obra de Joseph Miller, *Way of death*, sobre o comércio de escravos em Angola. A análise de Roquinaldo Ferreira torna mais humana e, por isso, muito mais real aos olhos do leitor a tragédia que foi a migração forçada de mais de dois milhões de africanos dos portos de Luanda e Benguela para o Brasil durante os séculos XVIII e XIX.

O drama da escravização ganha cores e tons e, através da história de personagens comuns, é possível perceber a dor, a angústia e o desespero daqueles cujo destino lhes era negado conhecer. Indivíduos que no processo de escravização chegavam a ser marcados quatro vezes com ferro quente no braço, peito ou nádegas, recebendo desde o carimbo real — que comprovava o devido pagamento das taxas de exportação de escravos — até as insígnias do comerciante que os transportavam para o Brasil. Esse registro nefasto da escravização é facilmente encontrado nos livros de sepultamento de escravos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, conhecidos como livros de banguê, onde o escrivo fazia questão de desenhar a marca incrustada no corpo do escravizado.

O autor, desta forma, segue o mesmo percurso de historiadores brasileiros e anglófonos que, na última década, vêm transformando os números do *Database* em subsídios para construção de narrativas que visam compreender a dinâmica social e a ação consciente dos indivíduos na construção do mundo atlântico, algo que foge à maioria das interpretações macroestruturais. *Cross-cultural exchange in the Atlantic world*, ao se debruçar sobre as relações escravistas no Atlântico Sul, premia os leitores anglófonos com tema tão negligenciado pelos seus historiadores: o tráfico e a escravidão africana entre a região que mais forneceu cativos para o Novo Mundo e aquela que mais recebeu mão de obra escrava no Atlântico.

A partir da trajetória de Francisco Roque Souto, Ferreira aborda a presença portuguesa em Angola, bem como as negociações, tensões e conflitos entre as autoridades de Luanda e os reinos ambundo de Matamba, Cassanje

e Holo em torno do fornecimento de escravos e do comércio de armas, pólvora, cachaça e tecidos. Sua pesquisa aponta que, ao longo do Setecentos, o poder colonial português perdeu terreno diante do crescimento de Matamba e, sobretudo, de Cassanje. Esses reinos passaram a controlar as rotas comerciais do interior, responsáveis pelo abastecimento dos portos costeiros com cativos. Assim, a presença lusitana cada vez mais dependia das alianças e acordos firmados com os chefes políticos africanos, os chamados sobas. Foi nesta Angola que o comerciante Francisco Souto estabeleceu-se na década de 1730, após abandonar a rota mercantil Bahia-Costa da Mina, chegando a assumir o posto de capitão-mor no presídio de Caconda. Ferreira não explica, contudo, o que teria levado Francisco Souto a trocar a África Ocidental pelas terras angolanas. Argumenta apenas que outros negociantes teriam percorrido o mesmo caminho, de modo que a história de Souto não teria sido única ou atípica, embora o autor deixe para que outros pesquisadores tracem as vicissitudes dessa dinâmica.

No capítulo 2 — *Can vassals be enslaved?* — Ferreira apresenta como, no momento de grande crescimento na demanda de cativos no Brasil, em virtude da descoberta de ouro, sertanejos, pumbeiros e capitães-mores, envolvidos no comércio de escravos das caravanas, exerceram uma violenta pressão sobre populações que viviam em regiões de influência portuguesa, nos arredores de Luanda e Benguela. As histórias de escravização narradas pelo autor neste capítulo remetem à experiência de centenas de indivíduos não apenas em Angola, pois certamente elas se repetiram em várias partes da África.

Nas regiões sobre influência portuguesa, os chefes políticos africanos haviam assinado tratados de vassalagem com as autoridades de Luanda e, portanto, eram vistos como aliados e seus súditos eram tidos como vassalos do Império português. Esses vassalos, que em tese deveriam estar protegidos da escravidão por terem nascido “africanos livres”, assistiram de perto a corrupção das instituições sociais e do sistema de leis costumeiras. No século XVIII, débitos com pumbeiros e sertanejos levaram a reformulação de práticas jurídicas africanas, banalizaram as penas de escravização, transformaram o sistema de dependência pessoal reversível — conhecido como penhora — em um instrumento de produção de cativos. Além disso, tal como em outras partes da África, aumentou assustadoramente as acusações de bruxaria, que também terminavam na escravização do acusado, de seus parentes ou mesmo de toda uma comunidade.

Roquinaldo Ferreira oferece especial atenção, ou melhor, um capítulo inteiro para discutir o Tribunal de Mucanos, corte africana baseada em leis costumeiras e que foi incorporada ao sistema judicial português, em Angola, desde meados do século XVII. O autor realiza uma análise minuciosa dos processos e descortina as trajetórias de vários sujeitos que passaram por essa corte, como Jorge Inácio e sua mãe Francisca. Isso possibilitou uma visão privilegiada acerca do impacto e das mudanças resultantes do crescimento do tráfico transatlântico sobre a sociedade e cultura em Angola.

Cabia ao tribunal — presidido pelo governador em Luanda, mas que nos Sertões tinha suas audiências dirigidas por capitães-mores ou sobas — deliberar

sobre litígios civis e criminais, tanto que, na língua quimbundo, mucano significa litígio. Mas esse tribunal se constituiu, sobretudo, como foro privilegiado de vassalos africanos que questionavam a sua escravização, sendo, por isso, conhecido como tribunal da liberdade. Esta instituição adquiriu um caráter ambíguo. Ao mesmo tempo em que era fundamental para a máquina de escravização em Angola, pois em sua corte podia-se reivindicar a escravidão de uma pessoa e de toda a sua prole, teve também importante papel na resistência de centenas de africanos que lutavam contra uma escravização considerada ilegal, uma vez que argumentavam serem vassalos de Portugal e terem nascido de ventre livre. Lógica irônica e perversa que tornava tênue as fronteiras que separavam africanos aliados — nascidos livres e que se esperava que assim permanecessem — de não-aliados — também nascidos livres, mas passíveis de cativo pelos portugueses e seus vassalos.

A pressão dos mercadores de Luanda e Benguela levou muitos capitães-mores, governadores e sobas — envolvidos direta ou indiretamente com os negócios negreiros — a deliberadamente condenarem à escravidão os réus dos Tribunais de Mucanos. Por isso, embora não possa mensurar o percentual de escravos embarcados para o Brasil que foram vitimados por guerras, razias, raptos ou por meio da coerção exercida pelos sertanejos e pumbeiros sobre os vassalos africanos, Ferreira acredita que parte significativa dos porões dos tumbeiros foi preenchida por indivíduos ilegalmente escravizados.

Possivelmente, o autor enriqueceria mais a discussão sobre a utilização do aparato legal português pelos africanos

na luta contra a escravização caso cotejasse as ações no Tribunal de Mucanos com as ações de liberdade abertas junto ao Tribunal da Relação da Bahia no Brasil setecentista. Essa comparação talvez revelasse não apenas estratégias comuns em torno do embate contra a escravidão, mas quais visões em torno da liberdade estavam sendo elaboradas por africanos e seus descendentes no Atlântico Sul. Aliás, embora o título do livro mencione trocas culturais entre Angola e Brasil durante a era do tráfico de escravos, o autor concentra suas análises sobre a sociedade e a cultura nas terras angolanas e a influência da América portuguesa sobre a colônia africana, não o contrário. A discussão de temas como o trabalho doméstico, a prostituição de escravas, a ladinização e o controle sobre a população cativa, as manumissões e o trabalho de ganho certamente seriam melhor aprofundados caso pesquisas feitas sobre a escravidão no Brasil e em Portugal fossem diretamente abordadas no corpo do texto. Isso poderia oferecer uma visão privilegiada, e inédita, sobre a escravização de africanos nas diferentes partes do império português.

Ademais, o leitor mais atento às identidades africanas e preocupado com os significados que estas obtinham no mundo atlântico perceberá que os escravos dos moradores de Luanda e Benguela estudados por Ferreira não tem a sua origem étnica revelada. Não fica claro se esta ausência se deve a peculiaridade da documentação ou resulta da opção analítica do autor. Contudo, isso não compromete o trabalho, que tem o mérito de analisar a escravidão africana nos dois principais portos negreiros da África Centro Ocidental, demonstrando a mobilidade atlântica de escravos e libertos entre

Angola e Brasil que, amiúde, tinha como objetivo acompanhar seus proprietários, aprender ofícios, administrar seus negócios ou de seus senhores ou até mesmo reatar os laços com familiares e amigos que ficaram na outra margem do Atlântico.

No capítulo 5, Ferreira se dedica atentamente à religião e a cultura em Angola. Por meio da trajetória de Mariana Fernandes, uma líder religiosa (ganga) e seus dois amantes, o padre João Teixeira de Carvalho e o degredado Fernando Martins do Amaral Gurgel, o autor salienta como elementos da cultura africana e portuguesa misturavam-se e eram compartilhados por diferentes estratos sociais e raciais, inclusive membros da elite angolana. Moradores de Luanda e Benguela, fossem eles brancos ou de origem africana, partilhavam crenças comuns em torno de uma possível atuação do sobrenatural sobre a vida cotidiana, em especial, a ação dos espíritos de parentes falecidos que poderiam interferir, e quiçá, trazer malefícios aos familiares ainda vivos. Portanto, as trocas religiosas e culturais em Angola, no decorrer do século XVIII, estavam longe de ser unidirecionais ou uniformes. O cristianismo ali praticado não era dos mais fiéis à ortodoxia romana, pelo contrário, era profundamente influenciado pelas tradições africanas, formando um ambiente com alta fluidez cultural e social.

No último capítulo, fica mais evidente os fortes laços culturais que interligavam Brasil e Angola na época do tráfico de escravos. É neste momento que o autor entrelaça diretamente a história brasileira, durante o seu processo de independência, aos acontecimentos transcorridos na principal colônia portuguesa na África. A narrativa aqui é

guiada pela trajetória de Francisco Ferreira Gomes, homem negro, nascido no Rio de Janeiro, onde talvez tenha sido escravo, que foi degredado para Angola em 1800. Este, em Benguela, tornou-se um rico negociante, proprietários de escravos e coproprietário de embarcações negreiras. Foi preso em 1824, acusado de participar de uma sedição com fortes traços de animosidade racial à população branca da cidade e que visava separá-la de Portugal, unindo-a ao Império do Brasil. O antilusi-tanismo, o separatismo e os conflitos raciais que marcaram os eventos que antecederam a independência brasileira estavam presentes no ambiente político de Angola.

Para Roquinaldo Ferreira, a sedição em Benguela demonstra que, no início do século XIX, as ligações entre Brasil e Angola não eram apenas de natureza comercial e cultural, haviam também assumido uma natureza política. As autoridades de Luanda e Lisboa sabiam muito bem disso e temiam que a independência do Brasil acarretasse a emancipação de Angola ou a sua união ao império brasileiro. Esse impasse político se arrastou mesmo após os portugueses reconhecerem a independência brasileira e se intensi-

cou ainda mais com a permanência do tráfico de africanos até 1850, que tornava o Brasil o principal parceiro comercial de Angola.

Por fim, acredito que uma das principais contribuições historiográficas oferecidas por este trabalho é evidenciar as estreitas relações culturais, sociais e políticas que interligavam Angola e Brasil. Personalidades de origem africana, como Manuel Salvador e, sobretudo, Francisco Ferreira Gomes, que transitaram entre o Rio de Janeiro, Luanda e Benguela, demonstram que, em Angola, desenvolveu-se uma comunidade mercantil atlântica com fortes laços culturais e comerciais com o Brasil e que teve papel crucial no tráfico de escravos. Estas relações se assemelhavam ao conceito de comunidade atlântica tecido por Robin Law e Kristin Mann para caracterizar as ligações mercantis e culturais que uniam a Bahia aos portos da Baía de Benim durante o período do comércio negreiro. Porém, ao contrário do que estes estudiosos supunham, Ferreira relativiza o poder colonial português na Angola setecentista ao revelar que este ditou as trocas entre esses dois lados do Atlântico muito menos do que se imaginava.



Daniele Santos de Souza

Doutoranda em História Social
Universidade Federal da Bahia